



Grupo Herval

HS FINANCEIRA S.A.
Crédito, Financiamento e
Investimentos

Demonstrações financeiras de
30 de junho de 2026



Conteúdo

Relatório da administração HS Financeira S.A. – CFI	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2026	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO HS FINANCEIRA S.A. – CFI

Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2026. A HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos é uma Instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil desde 2005 e está ligada ao Grupo Herval, tradicional Grupo Empresarial Gaúcho, composto de um complexo de atividades industriais e serviço com 66 anos de atividades empresariais. Assim, a HS Financeira S.A. tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio a gestão financeira de pessoas e empresas participantes do ecossistema Herval. Nesse sentido, seus principais produtos são: a) Crédito Direto ao Consumidor - CDC, no formato de crediário flexível; b) Empréstimo Pessoal - CP, nas modalidades clean, consignação e INSS; c) Cartão de Crédito; e, d) Antecipação de Recebíveis. De outro lado, através da emissão de Letras de Câmbio, possibilita ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança na Instituição. A HS mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. A estrutura de gerenciamento possibilita que os riscos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente, assim como é suportada por políticas, que estabelecem diretrizes e condutas a serem observadas e aplicadas a cada operação, dada a sua natureza.

Em face das circunstâncias mercadológicas, haja vista o comportamento da economia brasileira, e das variáveis de rendas, emprego e endividamento a HS ajustou, em níveis compatíveis de risco, a sua oferta de crédito. Para tanto, novas modelagens foram implementadas, tecnologias adicionadas, produtos redesenhados, metodologia de cobrança atualizada e nova governança estabelecida, o que possibilita novas práticas e a preparação para saltos de qualidade, em produtos e serviços, nos próximos exercícios. Sendo assim, todo este esforço refletirá em melhor eficiência operacional e, por consequência, melhores resultados futuros, além de maior transparência organizacional e maior robustez competitiva.

A HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e se mantém, como sempre, disponível para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Dois Irmãos, 02 de setembro de 2026.

ADMINISTRAÇÃO

José Agnelo Seger, presidente

Edeni Malta da Silva, diretor

Andrei Luís Seger, diretor

Carlito Kirschner, diretor

Darci Seger, diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Ao Sócio e Administradores da
HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Dois Irmãos – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A auditoria das demonstrações financeiras da Instituição referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram conduzidas sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu os relatórios de auditoria sem modificação de opinião em 05 de dezembro de 2025 e 24 de abril de 2026, respectivamente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem a carta de apresentação e o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a carta de apresentação e o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de setembro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Luis Roberto Cardoso Inacio
Contador CRC 1RJ-109.628/O-0

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	6.526	7.805
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	14.494	17.710
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		220.629	252.096
Operações de crédito	5.1 e 5.2	287.184	296.402
Provisão por perda associada ao risco de crédito	5.5	(66.555)	(44.306)
Impostos e contribuições a compensar	6	1.765	1.764
Outros ativos		2.716	1.604
Devedores diversos		1.603	771
Outros valores e bens	7	1.113	833
Devedores por depósitos em garantia		665	636
Ativo fiscal diferido	24.2	22.598	23.696
Imobilizado	8	59	75
Intangível	8	3.884	3.855
Total do ativo		273.336	309.241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		205.094	220.352
Depósitos de clientes a prazo	9	43.311	49.272
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	161.783	171.080
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	10	51	82
Obrigações fiscais e previdenciárias	13	442	505
Outras obrigações	11	39.102	40.617
Provisão para passivos contingentes	12	838	713
Total do passivo		245.527	262.269
Patrimônio líquido	15		
Capital Social	15.1	67.000	67.000
Reserva Legal		425	425
Prejuízos Acumulados	26	(39.616)	(20.453)
Total do patrimônio líquido	14	27.809	46.972
Total do passivo e patrimônio líquido		273.336	309.241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		28.535	30.537
Operações de crédito	16	27.288	29.357
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez	17	1.247	1.180
Despesas da intermediação financeira	19	(42.664)	(46.737)
Despesas de captação no mercado	18	(15.048)	(14.879)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(27.616)	(31.858)
Resultado bruto da intermediação financeira		(14.129)	(16.201)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(3.936)	(308)
Rendas de prestação de serviços	20	7.411	8.439
Despesas de pessoal	21	(1.777)	(2.112)
Outras despesas administrativas	22	(9.442)	(10.725)
Despesas tributárias	25	(1.479)	(1.727)
Despesas depreciação/amortização		(539)	(267)
Outras receitas/despesas operacionais	23	1.890	6.084
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(18.065)	(16.509)
Imposto de renda e contribuição social	24	(1.098)	2.685
Prejuízo líquido do semestre		(19.163)	(13.824)
Quantidade de ações do capital social		67.000	67.000
Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,29)	(0,21)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado líquido do semestre	(19.163)	(13.824)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total resultado abrangente, líquido de impostos	(19.163)	(13.824)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	67.000	425	936	68.361
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(13.824)	(13.824)
Saldos em 30 de junho de 2025	67.000	425	(12.888)	54.537
Mutações do semestre	-	-	(13.824)	(13.824)
Saldos em 01 de janeiro de 2026	67.000	425	(20.453)	46.972
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(19.163)	(19.163)
Saldos em 30 de junho de 2026	67.000	425	(39.616)	27.809
Mutações do semestre	-	-	(19.163)	(19.163)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do semestre	(19.163)	(13.824)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.098	(2.685)
Resultado antes do LAIR	(18.065)	(16.509)
Depreciação e amortização	539	267
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	27.616	31.858
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	125	307
Resultado ajustado	10.216	15.924
Variações nos ativos e passivos	(14.157)	(6.524)
Operações de créditos	(19.589)	(32.429)
Despesas antecipadas	(280)	212
Outros créditos	22.580	10.031
Recursos e aceites cambiais	(9.297)	4.425
Outras obrigações	(7.570)	12.027
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(789)
Caixa (aplicado)/proveniente das atividades operacionais	(3.941)	9.400
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(553)	(593)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(553)	(593)
Variação caixa e equivalentes de caixa	(4.494)	8.807
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	25.514	10.760
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	21.020	19.567
Variação caixa e equivalentes de caixa	(4.494)	8.807

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), com sede na Rodovia BR 116 nº 7070, 1º andar, sala 14, bairro Portal da Serra em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos. Os principais controladores da Instituição são os Srs. Darci Seger, Andrei Luis Seger, Edeni Malta da Silva e Carlito Kirschner autorizados pelo BACEN em 16 de junho de 2005.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das leis nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2017, lei nº 4.595/34 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e pela lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com os normativos do BACEN e do Conselho Monetário Nacional (NMC), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo BACEN.

A partir de 01 de janeiro de 2020, as alterações introduzidas pela Resolução BCB 02, que estabelece os critérios gerais para elaboração e divulgação, foram incluídas nas demonstrações financeiras da HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos. Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição passou a observar as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata dos critérios de classificação, registro, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. No âmbito dessa norma, foram editados atos complementares: a Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu parâmetros mínimos de provisionamento e detalhou aspectos relacionados à taxa efetiva de juros, ao teste de "Somente Pagamento Principal e Juros" (SPPJ), bem como à divulgação de instrumentos financeiros. Posteriormente, a Resolução BCB nº 397/24 promoveu ajustes à Resolução BCB nº 352/23, revisando determinados conceitos e critérios contábeis aplicáveis. Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos lucros e prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários, em 01 de janeiro de 2025.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB são:

- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual básica para relatório financeiro - Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.810/20;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos – Resolução CMN nº 4.975/21;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações – Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – Resolução CMN nº 4.924/21;



- CPC 24 - Evento subsequente – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 28 - Propriedade para Investimento - Resolução CMN nº 4.967/21;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 - Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 47 - Receita de contrato com cliente – Resolução CMN nº 4.924/21.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de setembro de 2026.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários disponíveis, assim como investimentos com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias, contados da data de aquisição e que apresentem alta liquidez e insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

3.3 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

i) Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento, ou seja, na data em que são adquiridos, originados ou emitidos.

ii) Classificação dos ativos financeiros

a) Custo amortizado

Ativos financeiros que atendam de cumulativamente às seguintes condições: I – O modelo de negócios tem o objetivo de manter os ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais e II - Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente no pagamento de principal de juros sobre o valor principal, em datas específicas.

b) Valor justo em outros resultados abrangentes

Ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: I – O ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e II - Os fluxos de caixa contratualmente previstos constituem-se somente no pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

c) Valor justo em outros resultados

Os demais ativos financeiros que não se enquadram como Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.



iii) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

iv) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito da HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, são compostas por Empréstimos Pessoais (Não Consignados e Consignados), Financiamentos, Recebíveis de Varejo e Capital de Giro. Os saldos das operações são reconhecidos mensalmente a custo amortizado com a inclusão dos custos e receitas de transação diferidos, de acordo com as disposições da Resolução CMN 4.966/21.

Para apuração da provisão para perdas no recebimento de créditos, a instituição segue rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução CMN 4.966 e Resolução BCB 352. A base de cálculo para aprovação da provisão é constituída pelo saldo do contrato, acrescido dos rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais e custos e receitas de transação diferidos.

Os saldos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito são calculados através da soma dos pisos mínimos estabelecidos nos anexos da Resolução BCB 352 e de provisões adicionais para Ativos classificados como problemáticos.

O modelo de apuração da Perda Esperada adotado pela Instituição segue os parâmetros da regulação vigente para instituições do Segmento 4 (S4) e busca identificar o risco de cada operação de crédito com base no perfil do tomador, histórico de operações com a instituição, produto e ambiente macroeconômico. A Perda Esperada é adotada para ativos adimplidos e inadimplidos, ampliando os pisos mínimos estabelecidos pela regulação quando necessário. Em operações nas quais a Perda Esperada é inferior ao piso mínimo, adota-se o piso estabelecido no normativo como nível de provisão a ser reconhecido.

v) Renegociação e Reestruturação:

Para a reestruturação dos fluxos de pagamento de ativos em carteira, a Instituição faz uso de dois instrumentos:

- a) Refinanciamentos: acordo que implique na substituição do instrumento financeiro originalmente contratado por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Este instrumento é ofertado a clientes adimplentes para renovação de suas operações com ou sem ampliação do valor em exposição.
- b) Reestruturações: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Este instrumento é utilizado para recuperação de créditos em atraso, os contratos provindos deste instrumento são classificados como Ativos Problemáticos.

Para fins de definição de ativos problemáticos, a instituição adotou o conceito previsto na Resolução CMN 4.966, sendo:

- I - Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou
- II - Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.
- III - Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
- IV - Medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;
- V - Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;



VI - Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou

VII - Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito.

Os ativos financeiros que estejam classificados como problemáticos, quanto reestruturados, são mantidos nesta classificação até que as condições de cura estabelecidas pela instituição através de estudos internos sejam totalmente alcançadas.

vi) Stop Accrual:

Seguindo as diretrizes das Resoluções CMN 4.966 e Resolução BCB 352, a instituição interrompe o processo de reconhecimento de receitas dos ativos com problema de recuperação de crédito (ativos problemáticos) assim que tal classificação é alcançada, sendo realizado o reconhecimento de receitas para esses instrumentos apenas mediante o efetivo recebimento.

vii) Write-Off (Baixa para prejuízo):

A instituição classifica como perda e adota a baixa para prejuízo (*write-off*) dos direitos creditórios, quando atingidos ou mais dos seguintes critérios:

- Constatação de falha na origem, de qualquer natureza, inclusive fraude, que impeça o recebimento;
- Evidência de impossibilidade ou perspectiva remota de recebimento;
- Evidência do esgotamento nas possibilidades de recuperação de forma satisfatória e estejam integralmente provisionados; ou
- Créditos vencidos e inadimplidos há mais de 540 dias.

3.4 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

3.5 Imobilizado de uso

Estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. O registro é realizado pelo custo de aquisição e deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos e Sistema de Comunicação – 10%; Equipamentos de Informática – 20%.

A Administração da Instituição entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

3.6 Outros ativos

Os outros ativos são representados por rendas a receber, despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos, registrados pelos valores de realização.

3.7 Intangível

O intangível é constituído pelos softwares destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, sendo registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento e deduzidos pelo método linear de amortização durante a vida útil estimada a 20 % ao ano, a partir da data da sua disponibilização ao uso.



3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

A HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos examinou os ativos e, não havendo nenhum indício de avaliação acima do recuperável, não foi necessário proceder com o estudo formal de *impairment* em 30 de junho de 2026.

3.9 Tributação

Calculados sob alíquotas abaixo demonstradas. Consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Impostos	Base incidência	Alíquotas
Imposto de Renda e Adicional – IRPJ	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	Lucro Real	17,5%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins	Receita	4%
PIS/PASEP	Receita	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Prestação de serviços	5%

i) Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativo e Passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada através de alíquota de 17,5%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são constituídos sobre diferenças temporárias dedutíveis e são reconhecidos quando há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, com base em estudos técnicos e projeções.

3.10 Passivos circulantes e não circulantes

Os depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pró rata dia. Férias e 13º salário vencidos e proporcionais estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

3.11 Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e ativos contingentes

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.



Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas, e aquelas classificadas como remotas não requerem provisão ou divulgação.

3.12 Estimativas contábeis

Na elaboração da demonstração financeira foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para perdas, provisão para passivos contingentes, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. E, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação é apresentado nas demonstrações financeiras com o objetivo de demonstrar o valor que o lucro/prejuízo líquido representa em relação ao capital por eles investidos. O cálculo do valor é feito através da divisão do resultado líquido do período pela quantidade média de ações no final do período/exercício.

3.14 Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação de itens classificados como resultado não recorrente é realizada semestralmente e, quando identificados, são devidamente evidenciados em nota explicativa. No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve incidência de nenhum resultado não recorrente na empresa.

3.14 Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são apresentadas pelo valor futuro e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata dia* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.



4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	6.526	7.805
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	14.494	17.710
Total	21.020	25.515

(*) Referem-se às operações com prazo inferior a 90 dias e que apresentem risco mínimo de mudança de valor.

5 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas aos riscos de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

5.1 Composição das operações de crédito por modalidade

Operações de Crédito	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos	90.887	75.062
Antecipação de recebíveis	400	547
Financiamentos	69.479	70.498
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	126.418	150.296
TOTAL	287.184	296.402
Circulante	239.633	238.008
Não Circulante	47.551	58.394

5.2 Concentração dos maiores tomadores de crédito

Concentração das operações de crédito	30/06/2026	%	31/12/2025	%
10 maiores devedores	3.139	1,09	3.161	1,07
50 seguintes maiores devedores	2.300	0,80	2.380	0,80
100 seguintes maiores devedores	2.568	0,89	2.611	0,88
Demais devedores	279.177	97,22	288.250	97,25
Total	287.184	100	296.402	100



5.3 Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

	Títulos				30/06/2026	31/12/2025
	Empréstimos	descontados	Financiamentos	Cartão		
Vencidos	69.337	8	12.383	-	81.728	58.769
A vencer						
Até 3 meses	7.749	392	15.892	44.003	68.036	72.292
De 3 a 12 meses	9.020	-	26.949	53.900	89.869	106.947
De 1 a 3 anos	4.063	-	14.253	28.515	46.832	57.348
Após 3 anos	717	-	2	-	719	1.046
Total da Carteira	90.887	400	69.479	126.418	287.184	296.402
Circulante	86.107	400	55.224	97.903	239.633	238.008
Não Circulante	4.780	-	14.255	28.515	47.551	58.394



5.4 Composição da carteira de operações de crédito e respectivas Provisões para perdas esperadas, incorridas e provisão adicional associadas ao risco de crédito

A Resolução 4966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), publicada em 25 de novembro de 2021, estabelece novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros em instituições financeiras, alinhando-se com a norma internacional IFRS 9. Essa resolução altera significativamente a forma como as instituições mensuram e contabilizam seus ativos e passivos financeiros, incluindo a provisão para perdas esperadas.

	Carteira 30/06/2026	Perda Esperada	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Carteira 31/12/2025	Provisão 31/12/2025
Ativos não problemáticos						
De 0 a 14 dias	194.029	(3.575)	-	-	224.961	(4.139)
De 15 a 30 dias	3.767	(282)	-	-	5.321	(399)
De 31 a 60 dias	3.582	(537)	-	-	4.841	(726)
De 61 a 90 dias	3.338	(1.268)	-	-	4.054	(1.540)
Ativos problemáticos não inadimplidos						
Menor que 90 dias	3.879	-	-	(2.071)	4.956	(2.646)
Ativos problemáticos inadimplidos						
Menor que um 1 mês	5.197	-	(2.599)	(177)	6.722	(3.588)
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	6.016	-	(3.214)	(205)	6.155	(3.495)
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	5.990	-	(3.402)	(204)	5.873	(3.535)
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	6.303	-	(3.794)	(214)	5.490	(3.492)
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	6.114	-	(3.888)	(208)	4.954	(3.318)
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	6.120	-	(4.101)	(208)	5.947	(4.187)
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	6.177	-	(4.348)	(210)	5.321	(3.927)
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	5.735	-	(4.232)	(195)	6.409	(4.948)
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	5.131	-	(3.961)	(174)	4.968	(4.004)
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	4.868	-	(3.923)	(166)	430	(362)
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	4.944	-	(4.153)	(168)	-	-
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	5.450	-	(4.763)	(185)	-	-
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	4.921	-	(4.468)	(167)	-	-
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	5.323	-	(5.014)	(181)	-	-
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	300	-	(293)	(7)	-	-
Total Geral	287.184	(5.662)	(56.153)	(4.740)	296.402	(44.306)
Total da Provisão para Perdas	(66.555)	(5.662)	(56.153)	(4.740)		(44.306)

5.5 Movimentação das provisões para perdas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	44.306	37.622
Ajuste da adoção inicial da Resolução 4.966	-	(3.005)
Baixa por perdas (compensação)	(5.367)	(49.125)
Constituição de Provisão líquida de reversões	27.616	58.814
Saldo Final	66.555	44.306

6 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ a compensar	242	241
CSLL a compensar	63	63
Impostos Pagos a maior ou indevidamente	1.460	1.460
Total	1.765	1.764
Circulante	1.765	1.764
Não Circulante	-	-

7 Outros valores e bens

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo não financeiros disponível para venda	432	432
Despesas Antecipadas	681	401
Total	1.113	833
Circulante	681	401
Não Circulante	432	432

8 Imobilizado e Intangível

			30/06/2026	31/12/2025
Imobilizado em Uso	Valor Aquisição	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Móveis e Equipamentos	32	(31)	1	2
Mov. e Equip. Process. Dados	219	(161)	58	73
Total	251	(192)	59	75

			30/06/2026	31/12/2025
Intangível	Valor Aquisição	Amortização	Valor Residual	Valor Residual
Sistema de Process. de Dados	6.373	(2.491)	3.882	3.853
Marcas	2	-	2	2
Total	6.375	(2.491)	3.884	3.855

9 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O saldos de passivos financeiros da instituição incluem, predominantemente, Letras de Câmbio e Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos com rentabilidade pós-fixada, indexada à taxa CDI. No período em análise, as taxas pactuadas variam entre 100% e 115% do CDI, refletindo as condições de mercado e a estratégia de captação da financeira.

A distribuição dos vencimentos dos passivos ocorre entre curto e longo prazo, conforme os prazos acordados. A gestão desses títulos é realizada com foco na manutenção da liquidez, na otimização do custo de captação e na aderência às políticas de risco e compliance da instituição.

Abaixo, a composição da carteira por vencimentos.

Depósitos a prazo	30/06/2026	31/12/2025
A vencer até 3 meses	13.257	8.635
A vencer de 3 a 12 meses	29.053	34.739
A vencer de 01 a 03 anos	1.001	5.898
Total	43.311	49.272
Circulante	42.310	43.374
Não Circulante	1.001	5.898

Recursos de Aceites Cambiais	30/06/2026	31/12/2025
A vencer até 3 meses	9.200	4.071
A vencer de 3 a 12 meses	87.444	90.236
A vencer de 01 a 03 anos	65.139	76.774
Total	161.783	171.080
Circulante	96.644	94.306
Não Circulante	65.139	76.774

10 Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

	30/06/2026	31/12/2025
IOF s/Oper. De Crédito PJ	1	1
IOF s/Oper. De Crédito PF	50	81
Total	51	82

11 Outras obrigações diversas

Diversas	30/06/2026	31/12/2025
Sociedades ligadas	2.909	6.124
Fornecedores diversos	195	257
Credores diversos – país (a)	34.561	30.873
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	558	456
Credores diversos – país realizável a longo prazo	879	2.907
Total	39.102	40.617



Diversas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	38.223	37.710
Não circulante	879	2.907

(a) Referem-se a valores a repassar para correspondentes externos, obrigações junto a partes relacionadas, provisões trabalhistas e outros compromissos operacionais assumidos pela Instituição no curso normal de suas atividades.

(b) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar se referem a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.

12 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações, conforme demonstrado abaixo.

Natureza	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhista	16	16
Cíveis	822	697
Total	838	713

A movimentação da provisão para processos de esfera cível, fiscal e trabalhista está demonstra conforme quadro a seguir:

	30/06/2026			31/12/2025
	Trabalhista	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	16	697	713	278
(+) Constituição de provisão / atualizações monetárias	-	125	125	435
Saldo final	16	822	838	713

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	2.680	3.288
Total	2.680	3.288

13 Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos, contribuições e provisões sobre salários	180	210
Pis e Cofins	144	189
ISSQN	55	64
Outros tributos	63	42
	442	505



14 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ativo/(Passivo)		Despesas líquidas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Recursos de aceites e cambiais	(148.954)	(158.975)	(10.883)	(8.709)
HS Administradora de Consórcios	(63.468)	(81.284)	(5.103)	(4.841)
Herval Corretora de Seguros	(3.840)	(3.609)	(260)	(222)
Herval Nordeste Ind. Moveis, Colchoes e Espumas	(31.964)	(30.459)	(2.225)	-
Ligadas pessoas físicas	(49.682)	(43.623)	(3.294)	(3.646)
Devedores Diversos	281	199		
HS Administradora de Consórcios	3	3		
Global Distrib. Bens Consumo	278	196		
Ligadas Pessoas Físicas				
Credores Diversos	(2.910)	(6.124)	(3.343)	(3.935)
Herval Indústria de Móveis	(6)	(8)	(7)	(13)
HS Administradora de Consórcios		-		
Herval Corretora de Seguros		-		
Global Distrib. Bens Consumo	(2.904)	(6.116)	(3.336)	(3.922)

14.1 Remuneração dos administradores

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	172	172
Encargos sociais	44	44
Total	216	216

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital da Instituição em 30 de junho de 2026 é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2025), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

15.2 Reservas de lucros

15.2.1 Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.



15.2.2 Dividendos

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram destinados dividendos.

15.2.3 Juros sobre o capital próprio

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram destinados juros sobre o capital próprio.

16 Receita de operações de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de operações cartão de crédito	11.478	9.348
Rendas de empréstimos	2.372	4.153
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	3.409	4.475
Rendas de títulos descontados	117	93
Rendas de financiamentos	9.912	11.287
Total	27.288	29.357

As principais receitas são provenientes de operações vinculadas a cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. As rendas de financiamentos compreendem, entre outras, operações de Crédito Direto ao Consumidor – CDC destinadas à aquisição de produtos, incluindo aquelas realizadas nas lojas taQi e iPlace, e financiamentos de produtos e serviços para empresas por meio de correspondentes autorizados e parceiros da Instituição. A receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo refere-se à recuperação de operações anteriormente registradas como perdas.

17 Receita de rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de aplicação interfinanceiras	1.247	1.180
Total	1.247	1.180

18 Operações de Captação no Mercado

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de depósitos a prazo CDB	(3.164)	(3.440)
Comissão sobre captação CDB	(6)	(267)
Despesas de aceites cambiais	(11.755)	(11.044)
Despesas contribuição FGC	(123)	(128)
Total	(15.048)	(14.879)

As despesas de aceites cambiais e despesas de depósitos a prazo (CDB) refletem o custo da manutenção da fonte de captação utilizada pela Instituição para suporte às suas operações, conforme taxas praticadas mencionadas na Nota Explicativa nº 9.



19 Despesas de intermediação financeira

	30/06/2026	30/06/2025
Operações de captação no mercado	(15.048)	(14.879)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(27.616)	(31.858)
Total	(42.664)	(46.737)

20 Receita de prestação de serviços

Refere-se a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras conforme composição abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Anuidades cartão de crédito	5.116	5.095
Receita intermediação de cartão	893	1.814
Receita de comissão intermediação cartão	1.259	1.158
Tarifa de transferência financeira	120	339
Ressarcimento de tarifa STR04	6	16
Receita de comissão seguros	8	9
Receita intermediação de cartão ON US	9	8
Total	7.411	8.439

21 Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa de pessoal - Proventos	(1.059)	(1.300)
Despesa de pessoal - Encargos	(393)	(464)
Despesa de honorários	(172)	(172)
Despesa de pessoal - Outros	(153)	(176)
Total	(1.777)	(2.112)

22 Outras despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa de serviços de terceiros	(3.818)	(4.315)
Despesa de processamento de dados	(2.394)	(2.407)
Despesa de serviços técnicos especializados	(2.224)	(1.969)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(559)	(1.294)
Outras despesas administrativas	(270)	(493)
Despesa de comunicações	(171)	(240)
Despesa de cobrança	(6)	(7)
Total	(9.442)	(10.725)

23 Outras Receitas/(Despesas) Operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Outras Receitas Operacionais	6.320	9.174
Rendas por antecipação obrigações pagamento	6.306	8.894
Variação cambial	4	3
Reversão de Provisão Passiva	10	-
Outras Receitas	-	277
Outras Despesas Operacionais	(4.430)	(3.090)
Desconto renegociação de dívida	(3.993)	(2.289)
Variação cambial passiva	(28)	(23)
Outras despesas	(409)	(779)
Total	1.890	6.084

24 Imposto de renda e contribuição social

A Instituição apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no semestre findo em 30 de junho de 2026 e, consequentemente, não reconheceu despesas correntes de imposto de renda e contribuição social. A despesa tributária reconhecida no resultado do semestre decorre exclusivamente da movimentação dos ativos fiscais diferidos. A conciliação entre o benefício tributário calculado mediante aplicação das alíquotas fiscais vigentes sobre o resultado antes dos tributos e a despesa ou receita tributária reconhecida no resultado é apresentada a seguir.

24.1 Apuração do IRPJ e da CSLL correntes

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(18.065)	(16.509)
Adições fiscais	27.747	6.231
Exclusões fiscais	(30.275)	(17)
Lucro real/ (prejuízo fiscal) antes das compensações	(20.593)	(10.295)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	-	-
Base tributável para IRPJ e CSLL correntes	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	-

24.2 Conciliação da despesa de IRPJ e CSLL

O ativo fiscal diferido é decorrente de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para contingências, demonstrados conforme abaixo:

Apuração	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(18.605)	(16.509)
Alíquota fiscal combinada	42,5%	40%
Benefício tributário teórico	7.678	6.604
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	1.014	(2.685)
Efeito da alteração/majoração da alíquota da CSLL	84	-



Apuração	30/06/2026	30/06/2025
Despesa/(receita) de IRPJ e CSLL no resultado	1.098	(2.685)
Corrente	-	-
Diferido	1.098	(2.685)

24.3 Realização do imposto diferido

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

A previsão de realização dos créditos tributários é estimada de acordo com a expectativa nos quadros abaixo:

Distribuição	Base	Cred. Tributário		
Provisão Para Perdas Esperadas				
Associadas ao Risco de Crédito	39.312	CSLL	IRPJ	30/06/2026
Até 1 ano	37.283	6.728	9.321	16.049
De 1 a 2 anos	1.881	349	471	820
De 2 a 3 anos	120	21	30	51
Acima de 3 anos	28	5	7	12
Contingências	838			
De 1 a 3 anos	838	147	209	356
Outros	12			
Até 1 ano	12	2	3	5
Perdas Dedutíveis Acima Lucro Real	12.482			
Até 1 ano	1.920	336	480	816
De 1 a 2 anos	1.920	336	480	816
De 2 a 3 anos	1.920	336	480	816
De 3 a 4 anos	1.920	336	480	816
De 4 a 5 anos	1.920	336	480	816
De 5 a 6 anos	1.920	336	480	816
De 6 a 7 anos	960	169	240	409
Total	52.646	9.437	13.161	22.598

*Projeção realizada considerando majoração do CSLL de acordo com as estimativas de realização.

25 Despesas Tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de ISSQN	(370)	(401)
Despesas de Cofins	(952)	(1.140)
IOF s/operações de crédito	(2)	(1)
Despesas de Pis/Pasep	(155)	(185)
Total	(1.479)	(1.727)

26 Prejuízos acumulados

A HS Financeira possui prejuízo acumulado de R\$ (39.617) no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$ (12.888) em 30 de junho de 2025).



27 Limite operacional (Acordo de Basileia)

Em 30 de junho de 2026, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com Índice de Basileia de 16,79%, o conglomerado prudencial no qual a HS Financeira S.A. é parte possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8%, composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do Banco Central do Brasil e demais normativos complementares.

28 Gerenciamento do risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da HS Financeira S.A. possibilita que estes sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. O gerenciamento abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados à Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas.

Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as relações entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Instituição no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios.

Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do risco de mercado é realizada por meio da metodologia *Value at Risk* (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Instituição frente a movimentos extremos do mercado.

Risco de crédito: As ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramento da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros.

Risco de liquidez: A HS Financeira gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.

29 Eventos Subsequentes

Reforma Tributária:

A Companhia segue monitorando a evolução da regulamentação sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. Devido à complexidade e ao processo de transição, ainda não é possível mensurar com exatidão os impactos financeiros finais dessas mudanças.

Adeilli Gambato Salvador
Contadora CRC RS-102719/O

Edeni Malta da Silva
Diretor